



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUGUAIANA  
PALÁCIO RIO BRANCO



Ofício n.º 039/2025-SECAD.

Uruguaiana, 23 de setembro de 2025.

A Sua Excelência o Senhor  
Vereador Jcalcei Alves Gonçalves  
DD. Presidente da Câmara de Vereadores  
N/Cidade.

Assunto: **Projetos de Leis n.ºs 157 e 158 2025 – Poder Executivo.**

**Senhor Presidente:**

Uso do presente para, com amparo no que preceitua o art. 121, do Regimento Interno desse Poder Legislativo, solicitar a tramitação em “**regime de urgência urgentíssima**”, dos seguintes **Projetos**:

1) Projeto de Lei de n.º 157/2025 – Poder Executivo, que “**Autoriza o Poder Executivo a indenizar servidores públicos municipais ativos e inativos; pensionistas e agentes políticos do município de Uruguaiana, no caso do não pagamento da obrigação pecuniária relativa à gratificação natalina - 13º salário de 2025, até a data estabelecida no artigo 89 da Lei Complementar n.º 18/2018, que “institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do município de Uruguaiana e, dá outras providências**”;

2) Projeto de Lei de n.º 158/2025 – Poder Executivo, que “**Autoriza o Poder Executivo a indenizar o valor relativo ao empréstimo bancário referente à antecipação da gratificação natalina – 13º salário, dos servidores públicos municipais**”.

A solicitação da tramitação em regime de urgência urgentíssima, com amparo no Regime Interno dessa Casa, justifica-se diante da exiguidade do tempo as tratativas com a instituição bancária para disponibilizar a antecipação da gratificação natalina – 13º salário aos servidores públicos municipais, conforme proposto nos projetos supracitados, que necessitam de tramitação concomitante.

Confiante na aprovação do regime de tramitação, por todo o exposto, reitero protestos de distinta consideração.

**Atenciosamente,**

  
**Carlos Alberto Delgado de David,**  
Prefeito Municipal.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUGUAIANA  
PALÁCIO RIO BRANCO**



**Projeto de Lei N.º 089/2025 – Poder Executivo.**

**Projeto de Lei n.º 158 /2025.**

**Autoriza o Poder Executivo a indenizar o valor relativo ao empréstimo bancário referente à antecipação da gratificação natalina – 13º salário, dos servidores públicos municipais.**

**Art. 1º** Autoriza o Poder Executivo a indenizar 100% (cem por cento) do valor relativo ao empréstimo bancário realizado por servidores ativos e inativos, pensionistas e agentes políticos, referente à antecipação da gratificação natalina (13º salário), indenização esta que será acrescida de juros, bem como eventuais despesas decorrentes dos respectivos contratos bancários consignatórios.

Parágrafo único. A transação bancária descrita no *caput* é facultativa aos servidores ativos e inativos, pensionistas e agentes políticos, interessados em adiantar o recebimento da parcela da gratificação natalina, exceto aos empregados públicos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

**Art. 2º** O Poder Executivo fica autorizado a efetuar tais operações por meio de Decreto.

**Art. 3º** As despesas decorrentes da presente Lei encontrarão cobertura nas dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Gabinete do Prefeito, em 23 de setembro de 2025.**

**Carlos Alberto Delgado de David,**  
Prefeito Municipal.





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUGUAIANA  
PALÁCIO RIO BRANCO



**Justificativa**

Encaminho à apreciação desse egrégio Poder Legislativo o incluso Projeto de Lei n.º 158/2025 que **“Autoriza o Poder Executivo a indenizar o valor relativo ao empréstimo bancário referente à antecipação da gratificação natalina – 13º salário, dos servidores públicos municipais”**.

Na tramitação dessa matéria há de se ressaltar que a proposta de indenização, nos mesmos termos, ora proposto, também ocorreram nos anos de 2018, 2019, 2021, 2022 e 2023, com satisfatória aceitação e concordância dos servidores, em consonância com a capacidade econômico-financeira do Município.

Agora, mais uma vez torna-se necessária, levando-se em conta as seguintes ponderações:

a) repasses extraordinários efetuados ao Hospital Santa Casa de Uruguaiana, visando manter o atendimento à Saúde Pública naquele nosocômio e na Unidade de Pronto Atendimento – UPA 24 horas;

b) valores efetivados com pagamento ao Tribunal de Justiça do RS, em atenção a Precatórios; e

c) efetiva redução dos repasses governamentais: ICMS (Estado) e Fundo de Participação dos Município - FPM (União), bem como, previsibilidade de maior redução desses recursos em decorrência do reconhecido “tarifaç americano”.

Portanto, o Poder Executivo busca autorização legislativa para viabilizar o pagamento de 13º salário ao funcionalismo público municipal, através do BANRISUL, possibilitando inclusive aos servidores a antecipação de sua gratificação natalina. A liberação do valor, com aprovação desta proposta será até o dia 20 de dezembro de 2025, sendo que o ressarcimento, por parte do Poder Executivo dar-se-á em dez parcelas mensais e consecutivas, a partir do mês de fevereiro de 2026.

Confiante na compreensão de Vossa Excelência e demais pares, reterei protestos de distinta consideração e apreço.

**Atenciosamente,**

  
**Carlos Alberto Delgado de David,**  
Prefeito Municipal.